COMUNICAÇÃO

(integra a ata da 13ª sessão ordinária do Plenário do Supremo Tribunal Federal, realizada em 10 de maio de 2023 - DJe de 22 de maio de 2023)

A SENHORA MINISTRA ROSA WEBER (PRESIDENTE):

Obrigada! Podemos nos sentar.

Renovo minhas saudações a todos, ao tempo em que declaro aberta esta 13ª Sessão Ordinária do Plenário do Supremo Tribunal Federal, neste dia 10 de maio de 2023.

Cumprimento os queridos Colegas, os que estão presentes no Plenário comigo; os que se fazem presentes de forma remota: Ministro Dias Toffoli e Ministro Luiz Fux; a Senhora Vice-Procuradora-Geral da República; Senhoras e Senhores Advogados, todos os que se fazem presentes, em especial os estudantes de Direito do Centro Universitário Projeção de Taguatinga, Distrito Federal, que vieram assistir à sessão e são muito bem-vindos.

COMUNICAÇÃO

(integra a ata da 13ª sessão ordinária do Plenário do Supremo Tribunal Federal, realizada em 10 de maio de 2023 - DJe de 22 de maio de 2023)

A SENHORA MINISTRA ROSA WEBER (PRESIDENTE):

Senhora Ministra, Senhores Ministros, na segunda-feira, dia 8 de maio, completaram-se 4 meses da invasão criminosa a este Supremo Tribunal Federal, especificamente da sua sede histórica.

E como temos feito sempre, para que não caia no olvido, com a finalidade de que não se repita e também para proporcionar sempre uma maior reflexão sobre o aperfeiçoamento das nossas instituições democráticas, eu convido Vossas Excelências e todos os presentes a assistirem a um brevíssimo vídeo de dois minutos preparado pela nossa Comunicação Social justamente sobre a memória, informando que está repaginado o Museu da nossa Suprema Corte, que espera a visita de todos. Vamos ao vídeo.

[EXIBIÇÃO DO VÍDEO]

A SENHORA MINISTRA ROSA WEBER (PRESIDENTE):

Eu cumprimento, de público, o quadro funcional do Supremo Tribunal Federal que produz obra desta qualidade, sobretudo relembrando o que passamos, mas também com a eficiência do restauro que se fez. E o Museu do Supremo Tribunal Federal também está, como eu disse, repaginado graças ao trabalho do nosso competentíssimo corpo funcional.

O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES:

Presidente, eu gostaria de lembrar apenas que, exatamente por conta do trabalho de toda a equipe, especialmente também da TV Justiça, houve uma justa homenagem e o Tribunal foi premiado pelo filme Democracia Inabalada em Portugal. Portanto, isso teve uma repercussão internacional, o que é de se registrar, e eu cumprimento, mais uma vez, Vossa Excelência também por isso.

A SENHORA MINISTRA ROSA WEBER (PRESIDENTE):

Muito oportuna, Ministro Gilmar Mendes, a lembrança de Vossa Excelência. Realmente recebemos o prêmio e Vossa Excelência até foi o portador do troféu que o Supremo Tribunal Federal recebeu em Lisboa. Uma alegria para todos nós e, sobretudo, uma demonstração dos efeitos e dos reflexos, em nível internacional, do que aconteceu no dia 8 de janeiro passado.

O SENHOR JOSÉ EDUARDO ALCKMIN (ADVOGADO):

Presidente, peço a palavra para falar, rapidamente, em nome dos advogados que atuam com habitualidade nesta Casa.

De fato, o que aconteceu foi uma coisa terrível, que já se prenunciava há muito tempo, uma coisa inacreditável. Eu, que frequento este Plenário há muitos anos, inclusive antes de ter esta configuração,

lembro-me dos tempos em que o Presidente era o Ministro Thompson Flores, que inaugurou este novo Plenário. Aqui sempre foi um templo do Direito e da democracia e, para os advogados, então, um templo de admiração dos eminentes Juízes que por aqui passaram e passam e estão aqui hoje. Desse modo, veem-se como inadmissíveis a desinteligência, a brutalidade e a irracionalidade que se cometeram em relação ao Supremo Tribunal Federal.

Queria deixar registradas, em nome dos advogados, a nossa solidariedade e a nossa admiração pela zelosa Presidência de Vossa Excelência, que rapidamente pôs o Tribunal a funcionar novamente. Muito obrigado, Presidente!

A SENHORA MINISTRA ROSA WEBER (PRESIDENTE):

Agradeço, Doutor Alckmin. A manifestação de Vossa Excelência, sem dúvida, fortalece essa união em torno das nossas instituições democráticas, que devemos a cada dia cultivar.

O SENHOR MINISTRO LUIZ FUX:

Muito boa tarde a todos! Queria saudar Vossa Excelência, os eminentes Ministros integrantes da Corte, Sua Excelência o Procurador-Geral da República, os Senhores Advogados presentes.

Senhora Presidente, permita-me, preliminarmente, parabenizá-la por essa reiterada campanha de relembrar que a democracia restou inabalada. Quero dizer a Vossa Excelência que essas reiterações são muito importantes, e eu relembro o Professor Elie Wiesel, que recebeu o Prêmio Nobel da Paz, quando do seu discurso em relação a esse prêmio recebido, denominou aquela oração como O Perigo da Indiferença. Dizia ele que era preciso lembrar sempre os horrores do Holocausto, pois ele só ocorreu porque houve uma indiferença em relação àquilo que ocorrera. E Vossa Excelência tem sido incansável no relembrar desse fato dramático para a democracia brasileira. Mas o Supremo Tribunal Federal está sempre em vigília permanente pela higidez do nosso regime democrático, do nosso Estado Democrático de Direito.

Por outro lado, Senhora Presidente, eu também gostaria de manifestar o meu sentimento de desvanecimento e de gratificação por essa repaginação do Museu do Supremo Tribunal Federal. Eu fiquei sensivelmente emocionado ao ver essa obra da Comunicação Social, que não estranhei, tendo em vista que trabalhei com a mesma equipe e verifico que, a cada vez mais, eles aprimoram o seu grau de excelência.

Então, Senhora Presidente, as minhas palavras primeiras são de saudação à Vossa Excelência.

O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES:

Boa tarde, Presidente. Boa tarde, Ministra Cármen Lúcia. Cumprimento todos os Colegas presentes no Plenário e aqueles que nos acompanham no Plenário Virtual.

Dizer, Presidente, mais uma vez, que Vossa Excelência houve por bem relembrar – e acho que nós temos que adotar essa prática – esses episódios lamentáveis do 8 de janeiro, que atingiram de maneira tão forte esta Corte e o próprio país. Quando Vossa Excelência traz esse pequeno filme, esse pequeno vídeo sobre essa temática, nós podemos aquilatar a virulência desses atos.

Eu até, esses dias, via manifestações de vários parlamentares – alguns até com quem eu privo, tenho relações –, dizendo dos abusos que são cometidos com eventuais prisões alongadas dessas pessoas. É bom que se olhe esse vídeo, até numa ponta de observação. Sem nenhuma fina ironia, veio no meu espírito que alguma coisa de bom esse episódio terá propiciado, certamente todo esse aprendizado. Mas, sobretudo, para essas pessoas, certamente, a gente pode dizer que eles descobriram os presídios. Aqueles que diziam que direitos humanos só existem para homens direitos, agora viram as condições dos presídios. Parlamentares visitando presídios era muito raro.

Ministro Alexandre, quando eu estive à frente do CNJ, visitei um número imenso de presídios. Estive em Bangu, na Talavera Bruce, no famoso Pedrinhas, lá no Maranhão. Ministra Cármen tem discutido

comigo, está devendo um convite para eu visitar as Apacs em Minas Gerais. Em suma, eu sei, portanto, da importância disso.

Então, tendo esses parlamentares descoberto que existem presídios no Brasil e que suas condições são precárias, de fato, talvez seja um ganho. É raro o ganho que se possa ter num episódio como esse.

A SENHORA MINISTRA ROSA WEBER (PRESIDENTE):

Apenas me permita uma observação.

Visitei, com o Ministro Alexandre de Moraes, tanto a Papuda quanto a Colmeia em função do 8 de janeiro. Posteriormente, estive no Complexo Prisional do Curado, em Recife. E digo a Vossa Excelência que os presídios de Brasília, a que Vossa Excelência acabou de se referir, que já causam tanta insatisfação, constituem verdadeiramente o primeiro mundo comparados com o Complexo Prisional do Curado.

O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES:

Importante. Eu também tive oportunidade de destacar esse seu trabalho. Eu até soube pelos bastidores que o Ministro Alexandre até provou a comida aqui no caso da Papuda.

A SENHORA MINISTRA ROSA WEBER (PRESIDENTE E RELATORA):

Sim, fantástico. Coincidiu o momento em que lá estivemos com a chegada das marmitas, e o Ministro Alexandre provou, não só provou como comeu toda.

O SENHOR MINISTRO ALEXANDRE DE MORAES:

Não chegou a ser toda, Presidente, porque Vossa Excelência não me permitiu.

A SENHORA MINISTRA ROSA WEBER (PRESIDENTE E RELATORA):

É verdade.

O SENHOR MINISTRO ALEXANDRE DE MORAES:

Presidente, se me permite, Ministro Gilmar, o que a Vossa Excelência falou é importantíssimo. Eu, como todos sabem, fui promotor de carreira, depois secretário de justiça, quando acumulei a presidência da antiga Febem, secretário de segurança, então, a primeira vez que eu fui a um presídio, como promotor substituto, eu tinha 23 anos de idade. Desde então, em vários locais, houve uma progressão na construção de presídios, uma melhoria, mas, em outros locais, não. Lamentavelmente, nós percebemos, e Vossa Excelência, Ministro Gilmar, colocou, é que não por motivos humanitários, mas por motivos políticos, eu diria politiqueiros, houve um aumento de visitas aos presídios por parte de alguns parlamentares.

Mas, independentemente dos motivos, é muito importante para verificar duas questões: primeiro, o número excessivo de presos provisórios que nós temos no Brasil, que beira 40%, sendo que, em alguns casos, a prisão provisória, a prisão cautelar, o tempo já é maior do que ficaria preso em regime fechado se condenado fosse. Então, esse é o primeiro ponto.

O segundo ponto, para verificar realmente as condições dos presídios. Nós fomos, Presidente, eu acompanhei Vossa Excelência, e verificamos, na Papuda, as condições obviamente duras no presídio, mas as condições razoáveis, inclusive de alimentação. Já na Colmeia, a situação muito pior e nós constatamos aqui.

Mas é importante que o Congresso Nacional, aproveitando esse momento, destine mais verbas para o sistema penitenciário. Isso é plenamente possível. Quando eu era Ministro da Justiça, nós elaboramos um plano nesse sentido: mais verbas para o regime semiaberto e aberto, não há necessidade de tanto encarceramento. Em torno de 30% são presos por crimes praticados contra o patrimônio, sem violência ou grave ameaça. Obviamente, devem ser responsabilizados, mas não há necessidade de

encarceramento nesses casos. Então, que o Congresso Nacional agora possa, e tenho certeza de que essa experiência será frutífera aos parlamentares que estiveram na Colmeia, na Papuda, pela primeira vez na vida num presídio, que possa realmente elaborar um projeto melhor para o país, para o sistema penitenciário do país.

Obrigado, Presidente.

A SENHORA MINISTRA ROSA WEBER (PRESIDENTE):

Agradeço ao Ministro Alexandre, que, na verdade, nós estamos aparteando o Ministro Gilmar Mendes, mas é muito interessante e eu acho que esse tema é de uma seriedade, e nós teremos oportunidade de debatê-lo tanto na ADPF 342, que agora está sob a relatoria do Ministro Luís Roberto Barroso, era do Ministro Marco Aurélio, e agora volta, ele já liberou para julgamento, vou incluí-lo em pauta. Há também uma ADI da minha relatoria, e, especificamente com relação, já noticio ao CNJ, nós vamos renovar, no final do mês de julho, os mutirões carcerários e com visitas a alguns estados, até convidei Vossa Excelência, se houver disponibilidade de agenda, para me acompanhar quando eu for a Mato Grosso.

O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES:

Obrigado, Presidente. Acho extremamente importante. Os mutirões carcerários são um bom exemplo de como nós podemos ter um desenvolvimento institucional adequado e até uma política pública a partir da ação do Judiciário.

E aquilo sobre o qual falávamos agora – o Ministro Alexandre e eu –, a propósito da visita dos parlamentares. Veja que, nas duas Casas, há setores, há comissões de direitos humanos e já houve até, no passado, uma CPI sobre a situação do sistema penitenciário, mas isso já vai muito tempo.

No próprio âmbito do Judiciário, eu pude verificar que, quando fizemos os mutirões carcerários, o próprio juiz da execução criminal e, também, o promotor responsável pela execução criminal, não visitavam presídios. Portanto, também não sabiam dessa realidade – com as exceções, claro, que existem de praxe.

Brasília, 1º de setembro de 2023.

Carmen Lilian Oliveira de Souza
Assessora-Chefe do Plenário

Publicada no DJE/STF em 4/9/2023.

Este texto não substitui a publicação oficial.